

Acabar com a Pobreza no Mundo: está Resolvido o Debate?

por Jan Vandemoortele, Poverty Group, PNUD

As estratégias de redução da pobreza parecem impressionantemente semelhantes, mesmo para países que enfrentam desafios muito diferentes. Isto poderia sugerir que o debate sobre a pobreza tenha sido resolvido – que a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é apenas uma questão de aplicação de “boas” políticas em nível do país (Vandemoortele, 2004).

Na sua essência, a ênfase nas “boas” políticas, afirma que os direitos econômicos e sociais são mais facilmente realizados dentro do contexto de rápido crescimento. Mas nem toda a gente partilha essa fé no poder do crescimento econômico ou vê a redução da pobreza como um subproduto automático da estabilidade macroeconômica.

Dados recentes sobre a China, por exemplo, mostram que o crescimento e a redução da pobreza nem sempre andam de mãos dadas. Embora a sua economia se expandisse muito rapidamente, o número de pobres da China permaneceu inalterado entre 1996 e 2001. É uma questão discutível por que razão tal impressionante recorde de crescimento durante cinco anos consecutivos, não conseguiu fazer qualquer diferença para os estimados 212 milhões de pessoas que lutaram para sobreviver com menos de US \$ 1 por dia.

O aniversário do centenário do vôo oferece uma analogia pertinente. Os principais protagonistas na corrida para inventar a primeira máquina voadora foram Samuel Langley e os Irmãos Wright. A estratégia de Langley era a de se concentrar na força para conseguir levar às alturas sua máquina teoricamente estável. Os Irmãos Wright centraram-se na concepção construtiva para se tornarem aerotransportados. Da mesma forma, existem dois paradigmas para o Desenvolvimento Humano: um que acredita na força esmagadora do crescimento econômico, outro que destaca a concepção construtiva de políticas pró-pobre.

A evidência demonstra que o progresso global na direção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio não tem sido pró-pobres. Uma frase-síntese do banco de dados global é a de que os progressos realizados desde 1990 deveriam ter sido duas vezes mais rápidos para o mundo entrar nos trilhos e alcançar as metas de 2015. Os progressos foram particularmente desencorajadores para o ensino fundamental.

Além disso, grande parte do progresso tem passado ao largo das próprias pessoas que mais precisam dele. Na verdade, há indícios de que as pessoas mais pobres pouco se beneficiam do progresso no campo da saúde, educação e nutrição. Não importa como é medido, é cada vez mais difícil negar que as disparidades estão se ampliando na maioria dos países.

No entanto, o modelo econômico predominante dá tão pouca atenção às desigualdades, sustentando que todos se beneficiam do crescimento. Mas, alegar que “o crescimento é bom para os pobres” é irrelevante.

A questão não é se as pessoas pobres estariam melhor sem o crescimento; é saber se o crescimento produz a mais espetacular e mais duradoura redução na pobreza humana.

A história demonstra que isso não acontece. Uma lição fundamental da busca da igualdade de gênero é que não se deve assumir que o que funciona para os homens irá beneficiar as mulheres automaticamente. Essa lição vale também para os pressupostos de que os pobres vão beneficiar-se de forma justa do crescimento agregado.

O debate sobre a pobreza não está resolvido. Distinções entre as opções e escolhas políticas não desapareceram, particularmente nas áreas de criação de empregos, tributação, investimento público, reformas do comércio e liberalização do setor financeiro.

A maioria dos economistas mostra-se relutante em admiti-lo, mas a profissão tem apenas um entendimento parcial do que provoca o crescimento econômico rápido, muito menos do que o torna pró-pobres. O nosso conhecimento sobre aspectos importantes do crescimento e da distribuição é, na melhor das hipóteses, igual a nossa ignorância.

A sabedoria convencional muitas vezes recomenda soluções gerais do tipo unidimensional que se aplicaria a tudo, as quais invadem o espaço da política nacional e inibem abordagens feitas sob medida. Mas as soluções praticáveis são sempre as caseiras e sensíveis ao contexto. Além disso, essas soluções dependem de uma nova parceria entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e entre pobres e ricos.

Atualmente, a dimensão do “dinheiro ter mudado de mãos” domina aquela parceria - centrada sobre a ajuda externa e as transferências internas. É tempo de mudar o foco de “dinheiro ter mudado de mãos” para “idéias mudando as mentes”. Esta mudança vai exigir um salto qualitativo na imaginação.

Enquanto os países desenvolvidos e as pessoas em melhor condição forem incapazes ou não tiverem vontade de alterar as suas teorias, percepções e convicções, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio permanecerão difíceis de alcançar. Um ingrediente ausente por parte dos parceiros em melhor condição é a sua capacidade e disponibilidade para escutar.

Repetimos receitas padrão e má execução só irá prolongar o legado de promessas não cumpridas.

Referência:

Jan Vandemoortele, “The MDGs and pro-poor policies: related but not synonymous”, International Poverty Centre, Working Paper No. 3, Brasília: UNDP, 2004.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:

www.undp-povertycentre.org